

A moratória secreta

GAZETA MERCANTIL

9 NOV 1988

por José Casado
de São Paulo

Os governos do Brasil e da Argentina fizeram um acordo secreto, em novembro de 1987, comprometendo-se a decretar medidas unilaterais sobre suas dívidas externas nos primeiros dias de fevereiro deste ano, de forma coordenada e simultânea.

As bases desse acordo foram acertadas pelos economistas Luiz Carlos Bresser Pereira, então ministro da Fazenda do Brasil, e Juan Vital Sourrouille, ministro da Economia da Argentina. Com o aval pessoal dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín.

"Acertamos tudo durante a reunião de presidentes latino-americanos em Acaapulco (México)", contou o ex-ministro Bresser Pereira a este jornal, em São Paulo. "O acordo só não foi cumprido porque saí do governo vinte dias depois, no meio de uma crise política interna, acrescentou. Seu

substituto, Mailson Ferreira da Nóbrega, optou por uma negociação convencional com os credores.

Bresser Pereira justifica o silêncio que manteve desde a sua saída do governo Sarney sobre esse pacto entre dois dos maiores devedores do mundo, com débitos que ascendem a cerca de US\$ 170 bilhões: "Não falava sobre isso porque achava que poderia prejudicar a Argentina; mas, agora, creio que só pode ajudar".

O acordo estabelecia — conforme o ex-ministro — que, esgotado o prazo para que o Brasil e os bancos privados estrangeiros chegassem a um acordo definitivo sobre a dívida externa do País (sexta-feira, dia 29 de janeiro), a semana seguinte começaria com dois atos unilaterais, simultâneos, dos governos Sarney e Alfonsín.

A Argentina, que estava com reservas de pouco mais de US\$ 400 milhões, equivalentes a dois meses

de importações, faria um anúncio público e formal de moratória.

O Brasil, às vésperas do primeiro aniversário da decretação de sua moratória (fevereiro de 1987), mandaria aos credores, governos de países industrializados e entidades financeiras multilaterais dois telex, com intervalo de poucas horas entre um e outro.

No primeiro, anunciaria que estava pensando, a partir daquele momento, os serviços do Comitê Assessor de Bancos — um grupo de executivos dos principais bancos credores com atribuições de coordenar a negociação da dívida externa brasileira. "Na realidade, é um cartel dos credores, pago pelo Brasil a um preço alto, sem razão de existir e que nada resolve", comenta Bresser Pereira.

No segundo, informaria que as gestões, desde então, seriam feitas "banco a banco". As grandes instituições financeiras internacionais passariam a ser atendidas em Brasília, diretamente; as de pequeno porte teriam de passar por uma agência que o Banc Central instalaria em Nova York.

Nessa segunda mensagem seriam fixadas as condições para o futuro pagamento da dívida: prazo de 25 anos, desembolsos compatíveis com as metas de crescimento da economia nacional, tomando-se por base um desconto da ordem de 50% nos títulos, "como informava o mercado, na época". Seria criado um fundo de reservas para o pagamento.

O acerto final ocorreu durante um almoço em Aca-

pulco. "Foi no último dia da reunião de presidentes (29 de novembro do ano passado)", recorda o ex-ministro, "quando eu e o Sourrouille almoçamos sozinhos. Ele me disse ter delegação do presidente Alfonsín, que, por sinal, tinha sido o mais duro no encontro dos presidentes para tratar da dívida externa latina a que assisti. Eu já tinha acertado tudo com o presidente Sarney.

(Continua na página 18)

Se as eleições para presidente na Argentina fossem realizadas hoje, o candidato da oposição — o peronista Carlos Saúl Menem — venceria com 34% dos votos, ficando em segundo lugar Eduardo Cesar Angeloz, com 21% dos votos, o candidato do governo. Votam em Menem os mais pobres e com menor grau de instrução e em Angeloz os eleitores com curso universitário.

(Ver página 2)

A moratória secreta

9 NOV 1988

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

Sai do almoço e comuniquei a ele (Sarney), pois ele estava preocupado e já tinha-me cobrado isso antes de Acapulco e voltou a me cobrar depois."

Bresser Pereira diz que, até hoje, não lembra quem tomou a iniciativa, naquele almoço, de propor essa ação coordenada, seguida de negociações individuais. "Estávamos no mesmo rumo. No caso brasileiro, seria um desdobramento, a segunda etapa da moratória decretada pelo Funaro (Dilson Funaro, ex-ministro da Fazenda). No caso argentino, era uma necessidade e eles acabaram fazendo isso, na prática, sem anúncio, tudo discretamente, como mostra o quadro que está aí de atraso de pagamentos."

O plano montado em Brasília tinha, porém, uma face interna: "A minha condição, reafirmada ao presidente Sarney logo depois daquele almoço, era a de que, junto com esse desdobramento da moratória, teríamos um forte ajuste interno, para acabar mesmo com o déficit fiscal".

"La ter choque da dívida, choque fiscal e um novo congelamento"

Estava definido, segundo ele, que junto com o choque da dívida haveria um choque fiscal — "que seria auxiliado pela redução a se conseguir no serviço da dívida" — e um combate frontal à inflação, "com um terceiro congelamento, dessa vez para valer mesmo, congelando preços, salários e câmbio".

Do lado argentino, porém, ainda não havia amadurecimento quanto ao que seria feito após a decretação da moratória. "Eles estavam naquilo que chamo de primeira fase; nós íamos para o desdobramento externo e interno. Seria, de fato, a grande pressão para a solução global da dívida."

A montagem, do lado brasileiro, começou bem antes. "Quando fizemos o Plano Bresser (maio de 1987), o segundo congelamento depois do Plano Cruzado, já sabíamos que, mais adiante, iríamos ter que fazer algo nessa linha. O Plano Bresser foi um congelamento de emergência. Não resolveria, mas criaria as condições para se avançar nessa direção."

Na segunda quinzena de agosto, durante uma visita oficial do presidente Sarney à Cidade do México e às vésperas da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ex-ministro começou a esboçar o choque da dívida, na sua segunda fase. "Percebi que não íamos chegar a lugar nenhum, exceto a um acordo provisório que eles tentariam prorrogar ao máximo."

Durante essa visita presidencial, desembarcou na cidade o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcilio Marques Moreira, para surpresa da quase totalidade da comitiva de Sarney. O secretário particular do presidente, Jorge Murad, ex-genro de Sarney, e o embaixador Rubem Ricúpero, assessor internacional, articularam a

viagem de Moreira. E, numa tarde, no hotel Camino Real, Sarney, Murad, Moreira, Ricúpero e Bresser Pereira se reuniram.

"Eles fizeram uma pressão, diante do presidente, para que eu desistisse e adotasse uma solução convencional. Recusei. Defendi com ênfase e o presidente me deu ganho de causa contra os três. Se existe uma área em que não tenho queixa de Sarney, essa área é a da dívida externa. A participação dele, nessa reunião, por exemplo, foi ótima. Acho que, de certa forma, as pessoas se enganam um pouco sobre o Sarney, especialmente nessa área da dívida externa."

Bresser deixou o México sinalizando com a disposição de o País pagar algo entre US\$ 400 milhões e US\$ 500 milhões aos credores privados, numa espécie de "gesto de boa vontade" para selar um acordo inicial sobre a dívida. Mas insistiu na rapidez em um acordo de prazo longo, com 20 a 25 anos de prazo (para pagamento do principal), US\$ 7,2 bilhões em novos empréstimos, "spread" zero, refinanciamento dos juros e mecanismos de retirada dos pequenos bancos ("exit bonds") da negociação, com validade até este ano. "Comecei a perceber que, realmente, as elites do Primeiro Mundo estavam divididas, como estão cada vez mais, e já havia uma parcela importante favorável a uma redução da dívida", argumenta.

Os bancos credores continuaram, nos sessenta dias seguintes, sem apresentar ao governo brasileiro as definições que a Fazenda desejava. Na Argentina, o presidente Alfonsín, que acabara de perder eleições na quase totalidade das províncias, fechava o mês de outubro com uma inflação de 19,5%, reservas de US\$ 400 milhões, um "serviço" da dívida de US\$ 4 bilhões vencendo, atrasos superiores a US\$ 120 milhões e sob intensa pressão do FMI, resolveu produzir um gesto político.

"Sarney me deu apoio contra Murad, Ricúpero e Moreira"

No dia 2 de novembro, uma segunda-feira, Alfonsín convocou o ministro Juan Sourrouille e o secretário da Fazenda, Mário Brodersohn, para uma reunião, onde foi feito um levantamento dos pagamentos atrasados e a vencer. No dia seguinte, constatada a relutância do FMI em liberar empréstimos emergenciais à Argentina, decidiu convocar o embaixador norte-americano em Buenos Aires, Theodore Gildred.

O almoço aconteceu na quarta-feira (dia 4), com a participação de Sourrouille e do chanceler Dante Caputo. Ali, Alfonsín — conforme reconstrução feita por este jornal — indicou que o FMI, com a negativa, estava criando uma situação de fato, sustentada pela absoluta iliquidez do país.

Gildred prometeu empenho e cumpriu. Voltou à embaixada, telefonou para o Departamento do Tesouro dos EUA e acertou uma visita de urgência a Washington do presidente do banco central argentino, Luis Machinea.

Simultaneamente, Alfonsín telefonou para Sarney e avisou-o de que estava mandando uma mensagem pessoal, através de um emissário, em visita de caráter reservado.

O secretário da Fazenda, Mário Brodersohn, pegou um "lear jet" militar com destino a Brasília, sem se preocupar com formalidades — os funcionários argentinos só podem sair do país com um decreto autorizando a viagem. A justificativa oficial, posterior, foi semelhante à usada para encontros com a equipe do ex-ministro Dilson Funaro, dias depois da decretação da moratória: a de que o entendimento político era necessário em "situações de emergência, provocadas por dificuldades financeiras".

Brodersohn desembarcou na Base Aérea de Brasília pouco depois das 19 horas daquela quarta-feira. Nem o embaixador argentino no Brasil, Hector Alberto Subiza, nem o chefe do cerimonial do Palácio do Planalto, ministro Júlio César, sabiam o nome do emissário de Alfonsín, quando foram, às pressas, recebê-lo.

O secretário foi direto à casa do ministro Bresser Pereira, depois de apresentar a Sarney a mensagem.

"Ele veio secretamente para comunicar o impasse com o FMI, que se recusava a dar um 'waiver' (perdão) e avisar que se considerava até mesmo uma moratória. Brodersohn veio buscar a solidariedade brasileira, mas na época a Argentina não tinha condições, nem reservas, nem superávit comercial para tentar a moratória", conta Bresser Pereira.

Cinco horas depois, ele voou para Buenos Aires. Mas já havia sido descoberto e fotografado pelo jornal O Globo, que anunciaria, no dia seguinte, a iminência da moratória argentina. Bresser, como o Palácio do Planalto e a Casa Rosada — sede do governo argentino — negou com veemência, na época, a passagem de Brodersohn por Brasília e o impasse da Argentina com o FMI. "Recebi um amigo, apenas isso", declarou o ministro brasileiro, na época.

O passo seguinte teve a iniciativa argentina, na reunião de presidentes, no final de novembro no México. "Pedi ao embaixador Rubens Barbosa (homem de ligação entre a Fazenda e o Itamaraty, hoje embaixador na Aladi) que o comunicado conjunto dos presidentes não tivesse nenhum pedido aos credores; que os presidentes apresentassem apenas dando orientações aos seus ministros sobre a dívida", conta Bresser Pereira.

Continua: "A Argentina não só aceitou a ideia como insistiu que o comunicado fosse não apenas para orientar como também para determinar ações aos ministros da Fazenda. Consegui: incluí no último parágrafo do comunicado a indicação de que, se um país fosse à moratória, os outros deveriam apoiá-lo. Está lá escrito e assinado pelos presidentes. Mais ainda: Alfonsín dizia que a solução era suspender os pagamentos por cinco anos. Ai, no último dia, eu e o Sourrouille fomos almoçar sozinhos".

A base da posição da Fazenda, no âmbito do governo brasileiro, era de que "ninguém consegue reduzir o déficit público sem reduzir o consumo interno e

que ninguém tem condição de fazer um arrocho fiscal sem reduzir a dívida em 50%".

Não havia uma grande preocupação com eventuais retaliações — diz o ex-ministro — "porque essa ideia é ridícula, os casos do Brasil e do Peru mostram bem isso. O custo é menor que o benefício. A afirmação do Mailson (Mailson Ferreira da Nóbrega, ministro da Fazenda atual) de que a moratória decretada pelo Funaro — que teve coragem para fazê-la — só deu prejuízos ao País é ridícula e não se sustenta".

Acrescenta: "O que aconteceria depois que mandássemos os telex e a Argentina decretasse a moratória? Haveria irritação dos bancos, um impasse natural, os governos seriam pressionados, mas, enfim, viria a solução global da dívida, via securitização operada através de entidades multilaterais".

"Brodersohn veio secretamente comunicar o impasse com FMI"

A ideia da compra dos títulos da dívida por entidades multilaterais, ele acha, está crescendo. Nesse aspecto, seu ponto de vista coincide, por exemplo, com o do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, integrante do conselho do Citicorp, um dos maiores credores do País. "A administração Reagan ainda resiste porque bancos como o Bank of America e o Manufacturers Hannover, por exemplo, não têm reservas suficientes e teriam problemas, mas o Congresso norte-americano já passou duas resoluções ao governo recomendando essa estratégia", observa Bresser Pereira.

Um dos primeiros economistas a defender essa alternativa (em setembro de 1987, então ministro, apresentou-a em Viena, no U.S. Congressional Summit on The Economic Agenda for The Nineties), Bresser Pereira não teve tempo para viabilizá-la, como queria. A crise interna sobre sua proposta de ajuste fiscal levou-o à demissão.

"O que aconteceu depois é engraçado. Saio e chega o Mailson que, buscando sustentação no Planalto, pega e faz uma negociação convencional da dívida, para ter o apoio de setores conservadores da elite. Aliás, é preciso dizer, as elites latino-americanas estão totalmente alienadas, achando que a forma de se integrar ao Primeiro Mundo é pagando a dívida. Ora, pagar desse jeito é não crescer e não crescemos há oito anos no continente. O objetivo central deve ser, sempre, o desenvolvimento e nisso a dívida é um problema, um fardo, onde a moratória surge como único instrumento de negociação", comenta.

E conclui: "Tenho apoiado o Mailson, mas a negociação que ele fez é muito ruim para o País. Basta comparar: pedíamos 60% de financiamento de juros, ele obteve 8,5%; o resto o Brasil paga com superávit comercial. Pedimos um 'waiver' e securitização, ele só conseguiu 'exit bonds' e 'reelending' (reempréstimos). Ele fez um péssimo negócio".